



Índice

- 01** [Trajetória de sertanista é tema de exposição na Capital](#)
- 02** [Projeto sobre quilombos fica entre finalistas em concurso nacional](#)
- 03** [Cassol acusa procurador em Rondônia de ser conivente com exploração ilegal de reserva indígena](#)
- 04** [Organizações internacionais visitam acampamento indígena em MS](#)
- 05** [Um índio aticum na história da medicina](#)
- 06** [Ampliação de área indígena ameaça três cidades em MT](#)
- 07** [Hoje, organizações internacionais de direitos humanos visitam acampamento Guarani no MS e lançam carta de solidariedade](#)
- 08** [OAB cria Comissão Nacional de Defesa dos Direitos Indígenas](#)
- 09** [Indígena foi morto em MS com tiro de longa distância, aponta laudo](#)
- 10** [Fazendeiro deve liberar acesso a acampamento indígena, determina justiça](#)
- 11** [Governo de Sergipe prepara ações de prevenção às DST/Aids voltadas às populações indígenas e quilombolas](#)
- 12** [Sexta Tem apresenta Shaneihu no show "Kanarô"](#)
- 13** [Secretaria de Educação forma 68 professores indígenas em Guarapuava](#)
- 14** [Decreto cria comissão para valorizar agentes agroflorestais indígenas](#)
- 15** [Proteção do Rio Ribeira e Paisagem Cultural são temas de encontro de lideranças quilombolas](#)

Trajetória de sertanista é tema de exposição na Capital

SÍTIO DIARIODONORDESTE, 27.02.2013

Mostra é composta por quatro partes e inclui desde a biografia do pesquisador até um ambiente multimídia.

O sertanista brasileiro Orlando Villas-Bôas (1914-2002), que fez da luta em defesa pelo respeito à cultura indígena a sua causa de vida, começando ainda na juventude a sua militância, tem sua história de vida resgatada. Trata-se da exposição "Kuarup - a última viagem de Orlando Villas-Bôas", aberta ao público desde ontem, na galeria da Caixa Cultural. A curadora da mostra, Denise Carvalho, explica a simbologia da exposição, centrada no kuarup, ritual funerário indígena que retratando a morte. Só que, diferente dos "homens brancos", o ritual serve para marcar também um breve retorno das pessoas que morrem.



Acervo, que teve curadoria de Denise Carvalho, conta com fotos pessoais de Orlando, mapas, textos e objetos usados por ele.

Foi assim que os índios fizeram para celebrar a passagem ou morte do "grande cacique branco", como era conhecido Orlando Villas-Bôas pelos povos das tribos do Xingu, que realizaram o seu maior ritual. A celebração aconteceu em 2003, sendo captada pelas lentes do fotógrafo Renato Soares, resultando em 34 fotografias, que compõe a quarta e última etapa da exposição.

A abertura da mostra contou uma palestra de Ulisses Capozzoli, editor da revista Scientific American. A exposição reúne mapas, textos, retratos antigos e utensílios pessoais do sertanista e tem o objetivo de levar a cultura indígena do Alto Xingu até os visitantes.

Nessa perspectiva, resgata o pensamento de Orlando Villas-Bôas, ao reconhecer a existência de valores éticos e morais entre os primeiros habitantes do Brasil, condição para a sua convivência bastante harmoniosa e organizada. Denise Carvalho, que chega hoje a Fortaleza para a abertura da exposição, revela que o trabalho é centrado na vivência dos irmãos Villas-Bôas, Orlando, Cláudio e Leonardo, que começaram a desbravar as terras indígenas, no sentido de valorizar os seus habitantes. Não se tratava de aculturar os indígenas, mas de buscar as suas identidades, respeitando a sua cultura. Orlando Villas-Bôas, o mais velho dos irmãos, começou a sua viagem em 1943, resultando na criação, em 1961, do Parque Nacional do Xingu, possui 27 mil m².

Defesa

Até a construção do Parque, o sertanista teve de travar uma enorme luta contra aqueles que queriam transformar o lugar em fazendas para o plantio de monoculturas, lembra Denise Carvalho.

CONT.

Destaca que mostra conta tudo isso, sem deixar de lado a participação dos irmãos Villas-Bôas. "Seu objetivo era preservar a cultura dos índios", diz, ganhando assim, a maior honraria que um caraíba (homem branco) poderia receber. Mais de dois mil índios, vindos de diversas regiões, se concentraram na aldeia Yawalapiti para celebrar o que eles mesmos consideraram o maior kuarup já realizado na região. Uma homenagem àquele que dedicou sua vida à causa indígena. "Casou com Marina Villas-Bôas, que era enfermeira, e foi viver lá".



A importância de Orlando e seus irmãos na interação do homem branco com os povos indígenas é inquestionável, assim como sua relevante atuação na implantação de políticas de proteção à saúde e à cultura desses povos. Essa luta pelos direitos indígenas e sua cultura representou uma verdadeira ruptura intelectual e política, com o reconhecimento dos indígenas como comunidades com cultura e valores próprios.

A mostra está dividida em quatro partes: a primeira, com a biografia de Orlando, é representada por fotos pessoais, além de mapas e textos. A segunda parte mostra objetos pessoais.

Na terceira, há um ambiente multimídia no qual poderá assistir a um documentário, realizado por Maureen Bisilliat, durante o kuarup, em 2003, no Xingu, que traz depoimentos dos familiares. Na quarta e última parte são exibidas as 34 fotografias de Renato Soares.

Mais informações:

Exposição: Kuarup - A Última Viagem de Orlando Villas-Bôas

Visitação de terça-feira a domingo, das 10h às 20h, na galeria da Caixa Cultural Fortaleza (Avenida Pessoa Anta, 287, Praia de Iracema). Grátis. Dispõe de acesso para portadores de necessidades especiais e assentos adaptados. Contato: (85) 3453-2770



Projeto sobre quilombos fica entre finalistas em concurso nacional

SÍTIO G1, 27.02.2013

Trabalho é de autoria de professores da rede pública do Maranhão. Projeto foi implementado no Quilombo Santa Rosa dos Pretos.

O projeto "Quilombo: uma Forma de Resistência Negra", idealizado por professores da rede estadual de ensino do Maranhão, foi um dos vencedores do concurso realizado pela Fundação Banco do Brasil e Revista Fórum, que premiam os melhores projetos de tecnologia social do país, capazes de promover o bem-estar de uma comunidade por meio de iniciativas muito simples. O trabalho concorreu com outros cinco mil projetos de todo o país.

O projeto foi implementado no Quilombo Santa Rosa dos Pretos e já colhe os primeiros frutos. Tudo começou quando três professoras do Liceu Maranhense se reuniram para fazer um trabalho na escola. Elas queriam que os alunos conhecessem a rotina, as tradições e o modo de vida dos quilombolas. A iniciativa surgiu a partir de uma constatação: muitos estudantes negavam ou tinham vergonha de declarar sua origem.

"Nós nos reunimos e achamos por bem começar a trabalhar com os alunos essas questões. Fazer com que eles refletissem sua origem, sua cor, além de mostrar que somos negros e precisamos ser reconhecidos", explica Sandra Ramos, professora de Filosofia.

O Projeto Quilombo, uma Forma de Resistência Negra, foi levado para a comunidade quilombola Santa Rosa dos Pretos, no município de Itapecuru Mirim. Trinta alunos viajaram para conhecer a comunidade e entender um pouco mais sobre a cultura e as tradições fortemente preservadas no local.

"A questão religiosa chamou muito a atenção, porque há sempre muito preconceito em relação a isso. A relação entre as pessoas, à hierarquia. Os alunos vieram maravilhados", conta Ellen Viana, professora de Arte.

Dados

Segundo o Centro de Cultura Negra do Maranhão, existem 527 comunidades quilombolas no estado. São 340 mil famílias em 134 municípios maranhenses. Ao longo dos anos, os moradores da maioria dessas áreas lutam para conseguir títulos de propriedade das terras, que são remanescentes de quilombo. "As comunidades têm esse como principal agravante: a luta pela terra", explicou Jacira Pavão, professora.

Cassol acusa procurador em Rondônia de ser conivente com exploração ilegal de reserva indígena

SÍTIO RONDONIADINAMICA, 27.02.2013

O senador disse que depois de apresentar essa denúncia na Corregedoria Nacional do Ministério Público, foi surpreendido por uma denúncia-crime segundo a qual ele estaria caluniando o procurador. Cassol acusou o procurador de persegui-lo.



Em discurso nesta terça-feira (26), o senador Ivo Cassol (PP-RO) acusou o procurador Reginaldo Trindade de usar o Ministério Público Federal de Rondônia "em benefício próprio" de maneira corporativista. Conforme afirmou o senador, gravação de vídeo mostra o procurador admitindo ser complacente com a exploração ilegal de madeira e diamantes em terras indígenas.

Cassol leu trechos das declarações do procurador na reunião, que teria sido gravada em vídeo pelos índios Suruí, e em que teria sido dado o aval do procurado para a retirada de madeira ilegal daquela área indígena.

Ivo Cassol acrescentou que quem sofreu o desgaste público, em nível mundial, como depredador da natureza, foi ele, que era governador do estado de Rondônia, e que levava a culpa "pela inoperância, pela complacência, pela participação, pela conivência do Ministério Público Federal do estado".

O senador disse que depois de apresentar essa denúncia na Corregedoria Nacional do Ministério Público, foi surpreendido por uma denúncia-crime segundo a qual ele estaria caluniando o procurador. Cassol acusou o procurador de persegui-lo.

CONT.



Além disso, na semana retrasada, segundo informou Cassol, o Ministério Público Federal de Rondônia o processou por improbidade administrativa, acusado-o de "embaraçar, desmerecer e desacreditar os trabalhos dos membros do Ministério Público e da Polícia Federal".

Cassol mostrou da tribuna um memorando da Fundação Nacional do Índio (Funai) datado de 15 de setembro de 2005 que comprovaria as ilegalidades em terras indígenas. O senador cobrou providência do procurador-geral da República, Roberto Gurgel.

- Foi o procurador-geral que participou da reunião. Os índios o gravaram e disseram para ele que poderiam denunciá-lo, mas que não iriam denunciá-lo. E ele falou que sabia até da extração ilegal de diamantes, onde morreram 29 garimpeiros, onde continua até agora a extração ilegal. E aí ele falou que não podia fazer nada - disse Cassol.



Organizações internacionais visitam acampamento indígena em MS

SÍTIO G1, 27.02.2013

Representantes lançaram carta de solidariedade aos povos indígenas. Segundo o Cimi, documento anunciará crimes contra índios.

Membros de organizações internacionais relacionadas aos Direitos Humanos visitaram nesta quarta-feira (27) o acampamento guarany-kaiwá em Caarapó, a 273 km de Campo Grande, onde morava o adolescente de 15 anos morto a tiros em uma fazenda na região. Eles lançaram uma carta de solidariedade aos povos indígenas de Mato Grosso do Sul e colheram informações sobre a retomada da propriedade onde o crime aconteceu, que é território reivindicado pelos índios.

De acordo com informações do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), o documento anunciará em nível internacional os crimes cometidos contra indígenas naquela região, convocando o governo e a sociedade civil para defenderem o direito à vida, à integridade física e mental, da liberdade e da segurança dos povos indígenas do estado.

A comitiva é composta pela Anistia Internacional, Plataforma Dhesca Brasil, Justiça Global, FIAN Brasil, Sesi, e Comissão Pastoral da Terra (CPT). Ela foi acompanhada por lideranças indígenas kadiwéu, terena, guarany e da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

Para as entidades, o crime e a realidade em que vivem os indígenas do estado representam uma situação de permanente violação dos direitos humanos, de descumprimento da Constituição Federal e dos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Convenção Americana de Direitos Humanos.

Um índio aticum na história da medicina

SÍTIO JCONLINE, 27.02.2013

Josinaldo da Silva é o 1º indígena a se graduar pela Universidade de Brasília. Sexta, ele começa residência e planeja atuar no Sertão pernambucano, onde nasceu.



Josinaldo fará residência médica em uma unidade pública de Brasília pelo Programa Saúde da Família

O destino construído com as próprias mãos. Na trajetória de vida do índio Josinaldo da Silva, 35 anos, essa obra não para nunca. Pernambucano, de família pobre, Josinaldo mal teve tempo de ficar conhecido como o primeiro indígena a concluir o curso de medicina na Universidade de Brasília (UnB) e já começa, sexta-feira, a residência médica em uma unidade pública da capital federal pelo Programa Saúde da Família. Serão mais dois anos antes de retornar à Aldeia Munlungu (onde nasceu e cresceu), uma das 58 aldeias que integram a reserva dos índios Aticum, cuja sede se situa na Serra do Umã, em Carnaubeira da Penha, cidade do Sertão do São Francisco.

A colação de grau da turma de Josinaldo foi marcada por um toque especial. Ao ter o nome chamado no auditório do quartel-general do Exército, no dia 1º de fevereiro, o índio recebeu o diploma das mãos de um pajé: Álvaro Tucano, do povo dos tucanos, natural do Estado do Amazonas, Região Norte do País. O pajé substituiu a beca por um cocar de penas de gavião, tradicional adorno indígena. "Foram muitos aplausos. Foi muito emocionante, muito gratificante", conta Josinaldo. A cerimônia marcou o fim de um ciclo de sete anos na vida de um rapaz que desafiou prognósticos e superou preconceitos.

EMOÇÃO - A mãe de Josinaldo, a aposentada Luzia Silva, 68 anos, relembra um telefonema dado pelo filho, logo antes da formatura. "Ele me agradeceu por tê-lo botado no mundo. Menino, eu que agradeço", brinca Luzia. Ela esteve presente na colação, junto a vários índios aticuns, convidados por Josinaldo. "Chorei muito, ri muito. Esse menino trabalhava na roça aos 6 anos de idade. Sempre quis me ajudar a sustentar a casa. Eu agradeço a Deus pela inteligência do meu filho. Josinaldo agora é doutor", orgulha-se.

CONT.



Pai de um menino de 7 anos, Isaac Jhonatan, que mora com a mãe em Carnaubeira da Penha, e que ele visita a cada seis meses, Josinaldo diz que o futuro está na Reserva Aticum, ao lado do seu povo. O cacique Clóvis Manuel da Silva, 31, amigo de infância do médico, diz não ter dúvidas de que ele "ainda fará muito ainda pelos aticuns". "Ele conhece nossa pobreza, sofreu na pele o que sofremos todos os dias. Hoje, estamos com dificuldades em todas as plantações: de milho, feijão, fava, mandioca, mamona. Este ano só caiu um pingadinho de chuva."



Ampliação de área indígena ameaça três cidades em MT

SÍTIO SONOTICIAS, 27.02.2013

A Fundação Nacional do Índio (Funai) pretende ampliar os limites demarcados da Terra Indígena Enawenê-nawê. A medida, em fase final, conforme ofício do próprio Ministério Justiça, atingirá os municípios de Juína, Brasnorte e Sapezal e poderá inviabilizar financeiramente as 3 cidades. Além de gerar insegurança jurídica aos produtores, a nova demarcação já criou um clima de tensão na região e muitos temem que a desintrusão da área, de aproximadamente 600 mil hectares, terras com o maior potencial da região, seja uma repetição do que ocorreu no final do ano passado e no início deste ano na Gleba Suiá Missu.

De acordo com o MJ, a nova demarcação estaria amparada pelo decreto 1.775/96, que regulamenta os procedimentos administrativos para a definição dos limites das Terras Indígenas (TIs). Para que isso ocorra, entre outros itens, é necessária a realização de um estudo antropológico, criticado pelos produtores, porque como é realizado pela Funai só leva em consideração a situação dos índios.

O medo dos produtores se baseia nas palavras do ministro da Justiça. José Eduardo Cardozo, que defende a criação de um órgão vinculado ao Ministério da Justiça que presida o processo de demarcação, inclusive analisando a defesa dos produtores rurais e dos indígenas. "Ele disse também que o Ministério da Justiça não tem como questionar pareceres de órgãos técnicos. Então, o que a Funai disser estará valendo e, é claro, vão reivindicar a terra", destaca a secretária da Associação dos Proprietários Rurais Pesquisa Rio Preto (Aprur), Lidiani Zeni.

No último domingo (24), cerca de 400 integrantes da associação se reuniram na Câmara de Juína em busca de solução para o problema. A confirmação de que está em andamento um estudo para nova demarcação causou pânico em muitos deles que já buscam alternativas para a manutenção das áreas, vendidas pelo Estado e homologadas pela União.

Para o advogado Eugênio Queiroz, filho de um produtor da região, qualquer nova demarcação no município, que já possui em seu território mais de 62% de terras indígenas e parques, inviabilizaria a vida no município. "Ficaria insustentável continuar os trabalhos por lá, porque não vai haver terra em que seja possível se plantar".

Estratégias - Lidiani, que acompanha o trabalho da Funai desde a demarcação da TI Raposa Serra do Sol, em Roraima, explica que a estratégia do órgão é a mesma em todos os casos e passa por 3 etapas. "Primeiro eles falam que é uma área bem pequena, sem importância nenhuma. Depois, eles negam que haja qualquer trabalho de revisão da demarcação e, por fim, quando tudo está certo, contam com o medo dos produtores, que temem a desvalorização das terras, para que tudo ocorra no mais absoluto silêncio".

A secretária pontua que a primeira etapa ocorreu no ano passado, quando a Funai teria informado a Aprur que apenas 9 produtores seriam atingidos com a nova demarcação. "Agora, fala-se em 600 mil hectares, centenas de produtores, grandes, médios e pequenos que precisam da terra para sobreviver".

CONT.



Durante todo o segundo semestre de 2012, os integrantes da Aprur questionavam o que Lidiani classifica como "excessiva presença de técnicos da Funai na região". Como resposta, foram informados que se tratava apenas de atividade assistencial aos índios, trabalho rotineiro exercido pelo órgão. "Decidimos encaminhar um ofício para a Funai, pedindo informações sobre o processo, qual área seria atingida e quando isso iria ocorrer".

Em carta com data de 12 de novembro, a Funai afirmou que não estava em curso nenhum processo de ampliação da TI Enawênê-nawê. "Mas isso não nos tranquilizou porque não era o que se comentava na região. Decidimos aí procurar a bancada federal de Mato Grosso". A Aprur elaborou ofícios aos deputados federais e senadores e, em janeiro deste ano, recebeu uma resposta assinada pela Diretora de Proteção Territorial Substituta da Funai, Thaís Dias Gonçalves, que confirmou a ampliação da TI. "O trabalho está em fase final de análise pelos técnicos desta Diretoria, para fins de deliberação da Presidência da Funai quanto da sua aprovação", narra trecho da resposta.

Estudos - Queiróz pontua que a região já passou por outros 3 estudos antropológicos, o último deles na década de 1990, finalizado em 1995. "Já houve um trabalho para se definir na região o que é TI e o que é área para as propriedades rurais. O que querem fazer agora é inviabilizar tudo, sob a alegação de que os trabalhos dos antropólogos na época foram incipientes".

Para o advogado, uma nova demarcação violaria uma das 19 condicionantes definidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no processo de demarcação da TI Raposa Serra do Sol. "Lá está bem claro que não pode haver novas demarcações em terras já homologadas". Um dos estudos teria mostrado que estes índios chegaram na região pleiteada há pouco mais de 10 anos. "As terras foram loteadas pelo governo de Mato Grosso e homologadas pela União na ocasião da demarcação. Existem famílias que estão lá desde a década de 1950".

Exemplo disso ocorreu em maio do ano passado, quando a Justiça Federal suspendeu o processo de ampliação dos limites da Terra Indígena Merkü, localizada no município de Brasnorte. Com isso, foram invalidadas duas portarias da Funai, baixadas em 2011, que autorizavam a realização dos estudos técnicos da área. Atualmente, a reserva possui cerca de 47 mil hectares e, pelos cálculos do órgão, aumentaria mais 100 mil.

O grande temor da Aprur, ressaltava Lidiani, é que os produtores não possuem condições de realizar um estudo para contra-argumentar os trabalhos dos técnicos da Funai. "Um bom trabalho não sai por menos de R\$ 400 mil, fora os custos com advogados, porque isso vai gerar uma grande briga na Justiça".

Outro lado

Por telefone, a assessoria de imprensa da Funai disse que não comentaria a demarcação, uma vez que ela já foi assumida pelo MJ, pasta a qual o órgão está vinculado. Mesmo assim, a reportagem encaminhou um e-mail, solicitando o posicionamento da Funai, mas ele não foi respondido até o fechamento desta edição.

Hoje, organizações internacionais de direitos humanos visitam acampamento Guarani no MS e lançam carta de solidariedade
SÍTIO CIMI, 27.02.2013



Organizações internacionais de Direitos Humanos visitam na manhã quarta-feira, 27 de fevereiro, o acampamento Guarani Kaiowá em Caarapó (MS), onde foi assassinado o indígena Denilson Barbosa, de 15 anos. Será lançada uma carta de solidariedade aos povos indígenas do Estado.

A comitiva é composta pela Anistia Internacional, Justiça Global, Plataforma Dhesca Brasil, FIAN Brasil, Sesi, Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e Comissão Pastoral da Terra (CPT) e será acompanhada de lideranças indígenas Kadiwéu, do Conselho Terena, do Conselho Continental da Nação Guarani e da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

Na carta, mais de 80 organizações declaram apoio incondicional à defesa da posse das terras tradicionais pelos povos indígenas, exigindo que o governo demarque as terras e garanta o acesso das comunidades aos recursos naturais.

À tarde, o grupo segue para o acampamento Guarani Kaiowá Apika'y, na BR-463, a 7 quilômetros do centro de Dourados. Há 14 anos, a família de Damiana vive na beira da estrada, impossibilitada pela Justiça Federal de ocupar o território onde tradicionalmente viveram ela e seus antepassados. Na conta do acampamento, Damiana viu falecer, mortos por atropelamento ou envenenados por agrotóxicos usados nas lavouras do entorno do acampamento.

CASO DENILSON

O objetivo da visita é colher informações in loco sobre os últimos desdobramentos relacionados à morte do jovem indígena e da retomada da fazenda, reivindicada como Tekoha - território sagrado - Pindoroky, e também declarar a solidariedade das diversas entidades aos Guarani e Kaiowá.

O documento irá denunciar, em nível internacional, a execução do jovem Kaiowá pelo proprietário da fazenda no último dia 17, convocando governo e sociedade civil a defenderem de maneira intransigente o "direito à vida, à integridade física e mental, da liberdade e da segurança dos povos indígenas do Mato Grosso do Sul".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 035 / 2013

Brasília, 28 de fevereiro de 2013.

Para as entidades, o crime e a realidade em que vivem os indígenas do estado representa uma situação de permanente violação dos direitos humanos, e de flagrante descumprimento da Constituição Federal e dos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Convenção Americana de Direitos Humanos. "total desrespeito às regras mínimas sobre os direitos indígenas estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) na Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas".

SERVIÇO

O quê? Visita de organizações internacionais em retomada indígena

Quando? Quarta-feira, 27 de fevereiro, ao meio dia, em Caarapó; às 16h em Dourados

Onde? Manhã: tekoha Pindoroky/Fazenda Santa Helena, Caarapó; tarde: acampamento Apika'y, rodovia BR-463

CONTATO

Flávio Machado (Cimi-MS - Caarapó/Dourados) (67) 9981.3564

Ruy Sposati (Assessoria / Cimi-MS - Campo Grande) (67) 9944.8633

OAB cria Comissão Nacional de Defesa dos Direitos Indígenas

SÍTIO SOCIOAMBIENTAL, 27.02.2013

Em reunião realizada na sede do Conselho Indígena de Roraima, em Boa Vista, o novo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) anuncia a criação de comissão para atuar na defesa dos direitos indígenas e nomeia presidente, a advogada Joênia Wapichana

O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcus Vinicius Furtado, anunciou no último dia 23, em Boa Vista (RR), a criação da Comissão Especial de Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas e a nomeação da presidente Joênia Batista de Carvalho, da etnia wapichana. Ela é advogada do Conselho Indígena de Roraima (CIR) há 13 anos.



Joênia e Marcus Vinicius na sede do CIR, em Boa Vista, exibem cópia da portaria que cria a Comissão de Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas

Marcus Vinicius falou da necessidade de tratar de maneira diferenciada os desiguais na medida de suas desigualdades. Segundo ele o Estado brasileiro tem a obrigação de defender os povos indígenas para que eles, tratados diferentemente possam efetivamente ter igualdade de oportunidades e de exercício de direitos. A Comissão Nacional permitirá à OAB adotar uma estratégia de atuação por meio de uma pauta permanente para os povos indígenas. Assim, a Ordem dá mais um passo para além da defesa histórica de direitos indígenas em casos e situações pontuais.

Davi Kopenawa Yanomami informou a Comissão sobre a falta de qualidade no atendimento de saúde e os problemas da mineração, garimpo ilegal e de fazendeiros na Terra Indígena Yanomami. Para ele, a mineração é feita com máquinas que destroem tudo, a mata, o igarapé e mata os peixes.

CONT.

"A Terra Indígena Yanomami é demarcada, respeitem os nossos povos. A cidade tem avião, carro, tudo, então vocês têm que respeitar os índios. Deixem o meu povo viver em paz."

Para Mario Nicácio, coordenador do CIR, a Comissão deve estar atenta para as propostas no Congresso Nacional que visam reduzir os direitos indígenas, como a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215 que condiciona a demarcação de novas áreas à aprovação do Congresso Nacional, o Projeto de Lei de Mineração, e a Portaria 303 da Advocacia Geral da União (AGU), que estende as condições negativas da decisão do STF para a TI Raposa-Serra do Sol para todas as Terras Indígenas do país. (saiba mais). O coordenador do CIR chamou a atenção ainda para a necessidade de aprovação do Estatuto do Índio, do monitoramento das políticas de atendimento diferenciado em saúde, educação e a punição dos que cometeram crimes contra os índios durante os confrontos envolvendo a demarcação da Raposa-Serra do Sol.

Estado precisa ter relação adequada com os indígenas

Joênia Wapichana, primeira mulher indígena a tornar-se advogada no Brasil, ressaltou a importância da criação da Comissão em momento necessário e oportuno para definir uma estratégia para a OAB, baseada na assessoria a povos indígenas por meio da elaboração de subsídios e de atuação pautada na legislação brasileira e de acordo com a Convenção 169 da OIT e a Declaração dos Povos Indígenas da Organização das Nações Unidas. Ela ressaltou a forma inadequada pela qual o Estado brasileiro contrata o terceiro setor para garantir a realização de direitos por meio de convênios, que resultam em danos e criminalização das organizações indígenas. Para ela, o Estado tem que pautar a relação com os povos indígenas de forma adequada e transparente.



Lideranças indígenas e autoridades estaduais e federais presentes à reunião

CONT.



Nos últimos dez anos, Joênia Wapichana esteve várias vezes em Washington, nos EUA, para denunciar a violação dos direitos indígenas no Brasil, à Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). Foi também incansável em sua batalha pela homologação da Terra Indígena Raposa-Serra do Sol, denunciando arbitrariedades em fóruns internacionais. A presidente da comissão recém criada foi a primeira e única advogada indígena a fazer sustentação oral no STF, em março de 2009, durante o julgamento que confirmou a homologação da Terra Indígena Raposa-Serra do Sol.

Depois de ouvir as lideranças indígenas que se manifestaram, o presidente da OAB afirmou que o PL de Mineração em Terras Indígenas não pode ser aprovado sem que os povos indígenas sejam consultados. Marcos Vinicius disse a Davi Kopenawa, que a OAB terá um encontro com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e que tratará com ele do problema do garimpo ilegal na TI Yanomami.

Participaram da sessão a vereadora Secilita Ingarikó, a secretária dos Movimentos das Mulheres do CIR, Telma Marques, representantes dos povos Macuxi, Ingarikó, Taurepang, Ye'kuana e Patamona, da Universidade Federal de Roraima, do Ministério Público Estadual, da Funai, além do secretário-geral do Conselho Federal da OAB, Claudio de Souza Neto, do presidente da OAB-RR, Jorge da Silva Fraxe, e dos presidentes das seccionais da OAB-DF e da OAB-SE, além de conselheiros federais da entidade, entre eles Antonio Oneildo, de Roraima.

A composição e instalação da Comissão ainda serão definidas em processo coordenado pela presidente da Comissão.



Indígena foi morto em MS com tiro de longa distância, aponta laudo

SÍTIO G1, 27.02.2013

Resultado da perícia confirma versão do fazendeiro suspeito do crime. Polícia investiga participação de mais pessoas na morte do indígena.

Os primeiros laudos da perícia sobre a morte do adolescente indígena em uma fazenda de Caarapó, a 273 km de Campo Grande, apontam que o tiro que acertou o jovem foi disparado de longa distância. A polícia ainda investiga se mais pessoas, além do fazendeiro que já confessou, participaram do crime, conforme mostrou reportagem do MSTV 1ª Edição desta quarta-feira (27).

O adolescente foi morto há 15 dias em uma propriedade rural do município. Segundo testemunhas, ele estava pescando em um açude quando foi atingido. O laudo mostrou também que apenas um tiro foi disparado da arma do suspeito.

“Esse disparo não foi encostado e nem a curta distância, o que denota uma concordância com a versão do agricultor que o tiro não foi realmente encostado. Então esse laudo veio esclarecer essa divergência com relação ao teor do interrogatório do autor e os depoimentos das outras pessoas que estavam no local por ocasião do crime”, relatou o delegado Antônio Carlos Videira.

Sobre um outro laudo realizado no local onde o corpo do adolescente foi encontrado, os peritos concluíram que as marcas de pneus deixadas pelo veículo são mesmo do veículo do suspeito.

Um detalhe que ainda não foi esclarecido pela polícia é se houve ou não a participação de outras pessoas no crime. Por isso, o autor deve voltar a prestar depoimento na Delegacia Regional de Dourados nos próximos dias.

O delegado não descarta a possibilidade de reproduzir o que aconteceu no dia do crime, mas acredita que as provas já são suficientes para incriminar o suspeito. O inquérito deve ser concluído nos próximos dias.



Fazendeiro deve liberar acesso a acampamento indígena, determina justiça

SÍTIO MIDIAMAX, 27.02.2013

O Ministério Público Federal (MPF) em Mato Grosso do Sul conseguiu assegurar na Justiça Federal de Dourados a entrada de órgãos assistenciais na Comunidade Laranjeira Ñhanderu, em Rio Brilhante. Os dois acessos ao acampamento indígena estavam bloqueados pelo proprietário da fazenda vizinha ao local. O bloqueio impedia a prestação de serviços essenciais aos índios, como o atendimento médico, a distribuição de remédios e alimentos, apoio policial e até mesmo o transporte escolar.

Com a decisão, o acesso de órgãos públicos à comunidade não poderá ser obstruído, sob pena de multa diária de mil reais. "O direito à propriedade do réu, essencialmente patrimonial, não há que se sobrepor ao direito à vida, saúde, dignidade humana, bem como ao interesse público na preservação da cultura e identidade das populações indígenas", destaca o julgamento.

Bloqueio

A comunidade Laranjeira Ñhanderu está assentada, desde 2008, em área de reserva legal da Fazenda Santo Antônio da Nova Esperança. O local possui acesso restrito, sendo necessária a entrada dos órgãos assistenciais pela fazenda vizinha à comunidade. Contudo, o proprietário do imóvel bloqueou as duas entradas que davam acesso ao acampamento.

No ano passado, decisão do Tribunal Regional da 3ª Região determinou o acesso dos órgãos assistenciais à comunidade e a permanência dos índios na área ocupada até a realização de perícia antropológica, mas a decisão afetava apenas o proprietário da fazenda e não os donos dos imóveis vizinhos, por isso a nova ação do Ministério Público Federal.

No entendimento do órgão ministerial, "se foi garantida a permanência provisória dos indígenas na área ocupada, não faz sentido negar à comunidade direitos constitucionalmente assegurados, como à educação, à vida e à saúde".



Governo de Sergipe prepara ações de prevenção às DST/Aids voltadas às populações indígenas e quilombolas

SÍTIO AGENCIAAIDS, 27.02.2013

Preocupada com a prevenção das DST/Aids nas populações indígenas e quilombolas, a Secretaria de Estado da Saúde do Sergipe se prepara para criar parcerias locais e desenvolver projetos voltados a estas populações, informa a Agência Sergipe.

O primeiro passo será capacitar os profissionais da equipe de Estratégia de Saúde da Família dos municípios de Porto da Folha, no Sergipe, e de Pão de Açúcar, em Alagoas, responsáveis por atender às populações alvo. Eles serão preparados para trabalhar a prevenção e realizar oficinas sobre DST, aids e hepatites virais.



Segundo o gerente do Programa de DST/Aids do Sergipe, Almir Santana, a situação epidemiológica não é preocupante nestes grupos, porém trabalhos para identificação de possíveis casos, educação e inclusão dos indígenas no sistema de saúde são necessários. "Nós vamos ofertar o exame de HIV, hepatites B e C e outras DSTs. Se houver algum caso positivo, será encaminhado para os nossos serviços", explica.

Para a secretária adjunta de Saúde de Porto da Folha, Nadjia Maria Moraes Pereira dos Santos, a população indígena precisa de projetos específicos. "Nós temos que nos preocupar com a saúde desta população, principalmente daqueles que vivem nas aldeias e que precisam de necessidades diferenciadas. Esse é um momento de soma para que possamos dar uma boa cobertura", afirmou.

Sexta Tem apresenta Shaneihu no show "Kanáro"

SÍTIO AGENCIA, 27.02.2013

Uma vitrine que reúne vários estilos musicais. Essa é a marca do Sexta Tem, que apresenta o músico indígena Shaneihu no show "Kanáro", dia 1º de março, a partir das 20 horas, no palco da Escola Acreana de Música.

Foto: Gui Noronha



Shaneihu apresentará composições com histórias do povo yawanawá

Filho de liderança yawanawá, neto do pajé Yawarani, o músico, que já desenvolve um trabalho de composições autorais, promete um espetáculo que mostrará ao público a diversidade cultural do seu povo. "As composições em yawanawá retratam a vida na floresta. Esse projeto musical tem contribuído para o fortalecimento da nossa língua, além de revitalizar e divulgar a nossa cultura", revela o artista.

O artista que canta a alma de seu povo

Foi aos 18 anos que Shaneihu ganhou um violão de sua mãe. Essa foi a inspiração que faltava para o jovem revelar a sua arte e ir em busca de cantar as histórias de seu povo. Teve que enfrentar vários preconceitos, inclusive entre os seus, uma vez que não é costume do povo yawanawá usar instrumento musical. A partir daí, Shaneihu começou a unir a música cantada pelo seu povo aos acordes do violão. Sua primeira canção é "Kanáro", parceria com seu pai, que dá nome ao show e ao seu projeto musical.

CONT.



Com novas composições, em que introduziu uma versão mais artística, o músico tem participado de festivais nas principais capitais brasileiras. Além disso, Shaneiha costuma unir ao seu projeto musical alguns rituais de sua cultura, expandindo o conceito: "Pra ser feliz precisa de muito pouco, basta ter amor e serenidade, cantar alegre alma e faz bem a mente".

O projeto Sexta Tem é uma iniciativa da Fundação de Cultura Elias Mansour (FEM), por meio da Escola Acreana de Música.



Secretaria de Educação forma 68 professores indígenas em Guarapuava

SÍTIO DIARIODEGUARAPUAVA, 27.02.2013

A cerimônia acontece nesta quarta-feira, 27, com a presença de Flávio Arns. O curso conta com a parceria do Departamento de Educação e Trabalho e do Departamento da Diversidade.

Sessenta e oito indígenas de comunidades de todo o Paraná participam hoje de uma formatura do Curso de Formação de Docentes Indígenas Guarani e Kaingang. Eles estarão aptos a lecionar nas escolas de suas terras conteúdos da Educação Básica relacionados à língua e aos direitos dos povos.

O curso foi ministrado em várias etapas que, intercaladas, levavam os formandos às aulas presenciais no Centro Estadual de Educação Profissional Newton Freire Maia, em Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba. Os futuros docentes permaneciam 30 dias na região da Capital do Estado e voltavam às comunidades, onde executavam atividades a distância durante dois meses, retornando em seguida para os ensinamentos em sala.

O curso começou em 2007 e, desde então, formou quatro turmas. Agora, na cerimônia marcada para acontecer às 19h, no Vitri, no bairro Morro Alto, em Guarapuava, será a vez de outras três turmas. O evento deve reunir aproximadamente 450 pessoas dentre indígenas, familiares, a Superintendência de Educação do Paraná e o secretário de Educação e vice-governador, Flávio Arns.

Decreto cria comissão para valorizar agentes agroflorestais indígenas

SÍTIO AGENCIA, 27.02.2013

Os agentes agroflorestais indígenas deram um passo rumo à vitória que buscam: a valorização profissional. O governador Tião Viana assinou o decreto nº 5.288, criando a Comissão Interinstitucional responsável por elaborar proposta de valorização dos agentes, para continuidade da formação profissional e definição de uma forma de remunerar os profissionais pelo serviço prestado.

Foto: Sérgio Vale



O governador Tião Viana assinou o decreto nº 5.288, criando a Comissão Interinstitucional para elaborar proposta de valorização dos agentes

Segundo o assessor especial para assuntos indígenas do gabinete do governador, Zezinho Kaxinawá, hoje o Acre tem 148 agentes agroflorestais indígenas.

De acordo com o decreto, desde 1996 a formação técnica profissionalizante desses agentes tem ocorrido, de forma continuada, por meio do Centro de Formação dos Povos Indígenas, da Comissão Pró-Índio. Em 2002 foi criada a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAIAC), que passou a reivindicar o reconhecimento da profissão por parte do governo.

“Os agentes são mobilizadores em suas comunidades e fazem ações voltadas à conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais, e também à vigilância dos territórios indígenas. Eles trabalham com manejo, educação ambiental, questão do lixo nas aldeias, criação de pequenos animais e sistemas agroflorestais. São atores importantes em suas comunidades”, explicou Zezinho Kaxinawá.

CONT.



A comissão será composta por representantes da Assessoria de Assuntos Indígenas, Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), Secretaria de Estado de Educação (SEE), Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (Seaprof), Procuradoria Geral do Estado do Acre (PGE), Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC), Comissão Pró-Índio do Acre (CPI/Acre), Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais (IMC) e Fundação Nacional do Índio (Funai).

Entrega de equipamentos – No próximo sábado, o governador Tião Viana e o secretário de Produção, Lourival Marques, entregam equipamentos agrícolas que vão beneficiar mais de quatro mil indígenas que vivem em 40 aldeias, de oito povos diferentes. A ação faz parte do Projeto de Proteção Florestal em Terras Indígenas e Fortalecimento da Produção Sustentável em Terras Indígenas.

Proteção do Rio Ribeira e Paisagem Cultural são temas de encontro de lideranças quilombolas

SÍTIO SOCIOAMBIENTAL, 27.02.2013

Representantes de 16 comunidades quilombolas do Vale do Ribeira reuniram-se em fevereiro no quilombo de Ivaporunduva, em Eldorado(SP) para discutir a nova legislação ambiental e as políticas públicas que interferem na autodeterminação do uso de seus territórios.

Diante das ameaças de construção de barragens e atividade mineradora, um dos temas do encontro foi a chancela da paisagem cultural, instrumento que contribui para a proteção do Rio Ribeira de Iguape e outros bens culturais quilombolas. Entende-se por paisagem cultural o espaço que resulta das interações históricas do homem com a natureza e no Vale do Ribeira ela está fortemente associada aos usos do rio e suas margens.



Quilombo Praia Grande, em Iporanga: o Rio Ribeira e a edificação discreta constituem a paisagem cultural do Vale do Ribeira

A chancela de paisagens culturais foi normatizada pela Portaria 127/2009 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que concede um título à região em questão, em consideração ao valor de seus atributos cênicos e ao patrimônio cultural local. O objetivo é restringir usos predatórios e descaracterizadores da paisagem cultural, tanto das suas qualidades cênicas, como de manifestação culturais.

O plano de gestão da área chancelada é elaborado e pactuado em conjunto com os atores locais: sociedade civil e Estado definem o que pode e o que não pode ser feito na área.

CONT.

O processo da chancela no Vale do Ribeira teve início em 2007 onde diversas organizações da sociedade civil, comunidades tradicionais e movimentos sociais da região, preocupados com o processo de degradação e ameaças permanentes de grandes empreendimentos com potencial de impacto sobre o rio e as comunidades locais, buscaram o Iphan para discutir mecanismos de proteção do rio. Para isso o ISA coordenou a elaboração de um dossiê como subsídio para a abertura de processo no Iphan-SP.

O órgão, então, assumiu a condução do processo em 2009 e durante o Revelando São Paulo - evento realizado em Iguape - foram levantados, com a participação de 29 instituições, os principais patrimônios a serem protegidos. Considerando que a chancela visa a proteção da cultura, o Rio Ribeira foi indicado como um bem cultural estruturante da paisagem cultural do Vale do Ribeira. Embora seja um recurso natural, o rio serviu historicamente de mediação nas relações sociais e culturais que formaram a região.



Representantes quilombolas durante a reunião em Ivaiporunduva

A conclusão do Dossiê da Paisagem Cultural do Vale do Ribeira elaborado pela superintendência do Iphan em São Paulo ocorreu ainda em 2009. Desde então, os trâmites relacionados à chancela correm dentro da instituição, mas ainda sem definição. As diretrizes que balizam a definição da área a ser protegida pela chancela e o pacto de gestão são as seguintes: 1) o Rio Ribeira de Iguape; 2) Unidades de Conservação; 3) Territórios e populações tradicionais; 4) Áreas de Preservação Permanente (APPs) ao longo do Rio Ribeira; 5) Uso e ocupação do solo; 6) Avaliação de projetos e obras; 7) Sítios arqueológicos e antigos portos.

Durante o encontro de representantes quilombolas, os presentes reafirmaram a importância da Paisagem Cultural como mecanismo que contribui para a proteção do rio, para fortalecer as roças quilombolas e outros usos territoriais, como manejo de recursos naturais, além de manifestações culturais religiosas e artísticas recentemente inventariadas no projeto Inventário de Referências Culturais de Comunidades Quilombolas (saiba mais). Como encaminhamento, representantes quilombolas solicitaram ao Iphan mais agilidade no andamento do processo até que seja instituída a chancela de Paisagem Cultural para o rio.